

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES ACERCA DO CONCEITO DE COMPETÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LAGES SC

Justina Inez Varela de Melo – UNIPLAC
Neusa Maria Zangelini – UNIPLAC

Eixo Temático: Formação e valorização dos profissionais da educação

RESUMO

Neste século XXI, dominar os conhecimentos através dos quais o homem compreende o mundo que o rodeia, dependerá da forma como a escola estará trabalhando as competências e habilidades necessárias para a evolução humana no trabalho, nas relações interpessoais e na solução de conflitos. O Currículo por Competências está previsto nos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/1999), mas nem sempre os professores compreendem estas orientações. Nosso objetivo foi analisar como os responsáveis pela formação continuada dos docentes de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental de Lages, conduzem a aplicação do currículo por competências, proposto nos PCNs. Desenvolvemos a pesquisa através de questionários elaborados durante a formação. Consideramos como desafio educativo a formação de homens e mulheres íntegros, autônomos, intelectualmente ativos e independentes, capazes de enfrentar as situações e problemas que a vida lhes apresentar, servindo seus concidadãos, contribuindo na solução dos problemas atuais da humanidade. Entretanto, os resultados desse estudo mostraram as contradições existentes entre teoria e a prática. Dos professores do 5º ano pesquisados, a maioria não consegue amparar suas respostas pela falta de conhecimento sobre o assunto, sendo por vezes incoerentes no comparativo entre perguntas e respostas. É certo que a educação por competências está longe de resolver o problema da práxis desses professores. Para que as práticas educativas sejam eficazes na formação integral do indivíduo, o professor deverá ser mediador e estar preparado para organizar e dirigir as situações de aprendizagem, envolvendo os alunos em atividades de pesquisa, leitura e escrita, tornando-os curiosos, críticos e reflexivos.

Palavras-chave: Currículo por Competências. PCNs. práticas educativas . teoria e prática.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo de caso enfoca a visão dos professores formadores e dos docentes de 5º ano, que frequentam a formação continuada do sistema municipal de educação de Lages/ SC, sobre o conceito e a utilização de competências na educação escolar. Para esse trabalho, no primeiro momento, fundamentamos teoricamente o tema a ser pesquisado, bem como construímos um instrumento (questionário), para retratar a realidade da formação continuada sobre as competências no ensino fundamental. Buscamos enfatizar o reflexo da formação continuada em sala de aula, como subsídio para o professor na melhoria da práxis e

como os professores responsáveis pela formação embasam seu conhecimento teórico sobre o assunto em tela.

Diante disso, propomos uma pesquisa afastada do ambiente de trabalho, oferecendo um espaço condizente à reflexão do tema, percorrendo desde o seu histórico profissional até a relevância de sua ação como professor formador. Para tanto, fez-se necessário visualizar o histórico da formação no sistema municipal de educação, desde que a mesma assumiu o caráter de Secretaria, em 1980, houve por parte dos gestores da pasta, a preocupação com essa questão

Recordamos as tentativas tímidas no início, mas que já era um ensaio da preparação dos professores. Na década 80, a formação começou a tomar corpo, embora sem periodicidade, mas se concretizou de forma permanente e sistemática a partir de 1992, quando foi instituído o Centro Pedagógico Municipal e a partir daí se enraizou como política pública nas administrações posteriores. Hoje, a Secretaria de Educação oferece formação continuada, com um grupo de educadores capacitados para tal finalidade.

Atualmente, não se pode falar em qualidade na educação pública, sem mencionarmos a formação continuada dos professores, o que deve proporcionar um reavivar e um realimentar das técnicas e práticas pedagógicas. Nesse caso específico o conhecimento do currículo por competências que norteia os PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais é o instrumento oficial da educação brasileira e requer estudo, entendimento e aplicabilidade para promover a autonomia do sujeito.

2 DESENVOLVIMENTO

O Currículo por Competências nas escolas municipais foi o objeto de nosso estudo de caso, junto aos professores que trabalham na formação continuada oferecida no sistema municipal, aos professores de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

O foco do estudo esteve voltado para a percepção e o conhecimento dos professores formadores e docentes do 5º ano, com relação ao ensino por competências, bem como, estabelecer um paralelo entre “o que é dito e o que é feito” sobre a temática em questão.

Analisar como os professores formadores da Secretaria Municipal de Educação de Lages, responsáveis pela formação continuada dos demais docentes de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, trabalham a aplicação do currículo por competências, proposto nos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, (MEC-1999). Neste estudo de caso, tivemos como objetivos: analisar o nível de entendimento dos professores formadores e docentes do 5º ano,

sobre o currículo por competências dos Parâmetros Curriculares Nacionais; conhecer os instrumentos utilizados pelos formadores para trabalhar o currículo por competências com os docentes que participam da formação; verificar quais os mecanismos utilizados pelos professores formadores para acompanhar o desenvolvimento do trabalho relativo às competências em sala de aula; avaliar como os professores dos anos iniciais, aceitam e aplicam o currículo por competências em sala de aula; refletir sobre a validade da formação, no sentido de instrumentalizar os docentes na aplicação do currículo por competências.

O presente estudo de caso foi desenvolvido nos moldes da pesquisa qualitativa e quantitativa, por amostragem, envolvendo 09 professores formadores do Sistema Municipal de Ensino de Lages e 15 docentes de 5º ano do ensino fundamental. Participaram no total desta pesquisa 24 professores. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram os questionários aplicados nos momentos das formações.

Para analisar os dados e tirar as conclusões sobre a pesquisa, utilizamos as considerações que Laurence Bardin fez em sua obra sobre análise de conteúdo, a partir de uma rigorosidade com que temos que verificar os dados de uma pesquisa e a necessidade de ir além das aparências. Para Bardin (1977), “a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens”. Ferreira (2003), também traz o percurso do trabalho da pesquisa a partir de uma perspectiva da análise de conteúdo e colabora com esse estudo. Vale ressaltar ainda, que existam diferentes modos de se conduzir a análise desse material ~~de conteúdo~~ ~~de conteúdo~~. Uma destas possibilidades refere-se à opção que, como pesquisador, podemos fazer quanto ao tipo de conteúdo que nos propomos a examinar. As categorias podem ser definidas, *a priori*, a partir da teoria, numa abordagem dedutiva-verificatória ou pela abordagem indutiva (MORAES, 1999) a partir de indicadores.

Tratamos os dados coletados para o estudo, por meio da técnica de análise de conteúdo e segundo Moraes (1999), usamos a abordagem dedutiva, pois partimos de uma teoria, fizemos revisão bibliográfica, selecionamos categorias de pesquisa.

Nesta análise, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto, (palavras ou frases) como indicadores, expressão que representa o entendimento dos entrevistados.

Foram pesquisados nove professores formadores, da equipe de formação do sistema municipal, com idades entre 29 e 61 anos, identificados com letras maiúsculas de A I, todos com especialização e dois com Mestrado, sendo quatro contratados e cinco efetivos. Todos trabalham com a formação continuada dos professores de 1º ao 9º ano do Ensino

Fundamental, das diversas disciplinas e acompanham o trabalho dos colegas docentes de todas as Escolas do Sistema Municipal de Ensino.

Partindo do geral, todos os nove professores formadores se identificam com o trabalho e se sentem preparados para ministrar as formações, que acontecem de forma mensal, para cada ano e disciplina, intercaladas com oficinas de confecção de materiais e cursos oferecidos pelas próprias editoras dos livros didáticos. A equipe de formação, também acompanha o trabalho dos professores nas escolas, indicando materiais pedagógicos e orientando na solução dos problemas de aprendizagem.

Analisando as justificativas das respostas, pode-se observar que apesar de todos os esforços dos formadores, o avanço nas práticas pedagógicas ainda é insuficiente, pois há ranços da velha escola, conforme escrito pela professora A. Cinco professores formadores pesquisados, afirmam que ainda há certa resistência por parte da maioria dos docentes municipais quanto aos encaminhamentos feitos durante as formações. Quatro professores acham que a formação é bem recebida pelos participantes, mas também disseram que a formação chega até os docentes das escolas de forma satisfatória. Segundo a formadora F, “Os projetos institucionais estão postos de forma implícita e é necessário ter mais claro esta concepção de ensino por competências”. A formadora A também justifica dizendo que “os projetos não contemplam claramente as competências, embora os conteúdos levem à habilidades e competências. A tendência na educação municipal é ir para o trabalho por competências, dado às leituras atuais, os teóricos e a mídia. A Revista Carta Capital na escola, já possui orientações pedagógicas neste sentido”.

A formadora G acha que o nome formação continuada, deveria mudar para educação continuada, evocando o sentido de processo de reflexão. Também é dela a seguinte frase: acompanho os discursos e minha concepção sobre as competências é que estas atendem aos interesses de uma política neoliberal. Relata ainda que houve discussões interessantes sobre os PCNs e o ensino por competência durante uma das formações que participou, mas que estas discussões e o próprio currículo, tiveram um caráter impositivo.

Na construção da autonomia através das competências, a formadora A, coloca que “acredito que se as competências e habilidades fossem trabalhadas em todo o planejamento escolar, trariam grandes avanços na clareza de objetivos da educação e na construção da autonomia do professor e do aluno”. Já os formadores B, C, G, H, I, acham que só um bom planejamento e o ensino por competências, não trarão a autonomia para alunos e professores. Afirmam que é necessário para os mesmos, ter um bom referencial teórico, uma boa práxis

pedagógica, acompanhados de muito estudo, os quais desenvolverão capacidades, habilidades e competências capazes de trazer autonomia e fazer transformação social.

Sobre a validade da educação por competências no sistema municipal, a formadora B respondeu que “não acho válida a educação por competências, por ser um discurso da sociedade pós moderna. Entretanto, ressalto que devemos aprofundar as discussões sobre a questão. Corremos o risco de mercantilizar a educação e comprometer de fato o processo de educação emancipatória”, (G). A formadora H escreveu: “Não acho válido o ensino por competências, porque não fica claro no sistema municipal, tanto quanto no discurso oficial”, (H). Os demais professores formadores, (A, C, D, E, F, G, I), apesar de acharem válido o ensino por competências no sistema municipal, afirmam também que não está clara a forma de encaminhamento desta concepção.

Igualmente foram pesquisadas, durante formação de matemática, 15 professoras do 5ºano do ensino fundamental, identificadas com números romanos de I até XV, do Sistema Municipal de Educação. A faixa etária está entre 25 e 45 anos; 13 licenciadas em pedagogia, uma da área de ciências sociais e uma na área das ciências exatas. Todas frequentam regularmente a formação continuada oferecida pelo órgão institucional e responderam o questionário contendo oito perguntas, no dia 02 de junho de 2011.

No que tange à contribuição da formação continuada na melhoria da práxis pedagógica, 13 professoras afirmaram que a formação reflete positivamente no seu dia a dia, uma respondeu que reflete às vezes, mas se omitiu de justificar a questão; a entrevistada XII também respondeu às vezes, por considerar a formação muito teórica e pouco voltada à prática, como transcrito: “muita teoria, a preferência é fazer na prática, montar jogos, atividades”.

Ao responderem a terceira questão, (se a formação ocorre de forma adequada), somente três, (X, XII, XIII) responderam negativamente, considerando o horário inadequado e o distanciamento dos conteúdos da realidade dos alunos. As demais consideraram a formação necessária e adequada às suas expectativas. Sobre a questão que trata do currículo por competências como pauta de estudo da formação, seis professoras responderam que não tiveram esse tema trabalhado nos encontros, sendo que a entrevistada V coloca: “vale perguntar para o topo da pirâmide, como tudo vem de cima para baixo”. Duas preferiram não justificar e as sete restantes afirmaram que a formação abordou o currículo por competências, no entanto, ao serem questionadas quais as leituras foram indicadas sobre o assunto, nenhuma mencionou qualquer tipo de leitura ou autor recomendados pela equipe de formação, o que causou perplexidade, pois percebemos que os professores pesquisados não conhecem as

teorias do ensino por competências, apesar que quatro professoras, IV, VII, XI, XV, se consideram preparadas teoricamente para trabalhar com competências, sem nenhuma justificativa plausível que sustente tal afirmação. Onze entrevistadas não se sentem preparadas para trabalhar adequadamente o tema, retratando desta forma a ausência de referencial sobre o assunto. Entretanto, oito afirmaram que a educação por competências contribui para a formação de um sujeito crítico e autônomo e as demais responderam desconhecer o assunto.

A maioria na última questão, falou sobre a necessidade da retomada do assunto na formação continuada, sendo que as entrevistadas XII e V, embora não tenham referências sobre a educação por competências e não conhecerem nenhum autor, não consideram necessário estudar o assunto, demonstrando completa falta de interesse; as entrevistadas IV e IX, deixaram em branco a referida questão.

Todos os professores enfatizaram que o ensino por competência não muda muito a prática pedagógica, que depende de cada professor na hora de fazer o trabalho junto ao aluno. Na justificativa para a mudança da práxis, todos direcionaram seus posicionamentos para a necessidade de se refletir sobre a ação pedagógica e se planejar juntos, professor formador e professor, o que poderá trazer uma segurança maior na hora de trabalhar os currículos pré-estabelecidos em sala de aula.

“Quando se fala em competências, Antunes é muito claro quando utiliza a citação de Phillipe Perrenoud: “... competência em educação é a faculdade de mobilizar diversos recursos cognitivos (...) para com eficácia e pertinência, enfrentar, e solucionar uma série de situações ou problemas.” (ANTUNES, 2001, p. 17)

A práxis fundamentada nas competências também foi explorada junto aos professores do 5º ano nas questões 5,6 e 7, que trata das leituras sobre o assunto, o trabalho em sala de aula e a contribuição das competências na formação de um sujeito crítico e autônomo, sendo que as entrevistadas V e XII, responderam negativamente as três questões, sem expressar suas opiniões. As professoras XIII e XIV, assumiram nas perguntas 6 e 7 a falta de conhecimento sobre ensino por competências e coerentemente não responderam a questão 7 colocando as seguintes justificativas: “Não há como dar uma resposta, pois ainda não domino como funciona efetivamente a educação por competências” (XIII). “Não saberia opinar, pois desconheço essa prática” (XIV). As entrevistadas IX e IV, responderam afirmativamente as três perguntas, porém sem nenhuma justificativa que sustentasse os seus posicionamentos.

Causa estranheza os questionários das entrevistadas III, VI, VIII e X, que embora não indicaram nenhuma leitura sobre competências e não se consideram preparadas para trabalhar essa questão em sala de aula, afirmaram na pergunta 7, que as competências contribuem para

a formação de um sujeito crítico e autônomo, demonstrando a incapacidade reflexiva sobre o assunto. Destacamos o questionário X que justificou respectivamente as questões 6 e 7, como segue: “Ainda não porque penso que devo saber mais sobre o assunto e como aplicá-lo junto como currículo escolar”. “Penso que sim, porque a partir do que ele sabe, vai considerar e aproveitar para aprimorar o aprendizado em áreas diferentes.”

Cabe destacar as respostas da professora VII, que justificou as três questões em pauta: “quando estamos discutindo em grupo, sempre buscando a educação para competências, adaptando a realidade onde estamos.” (Questão 5). “Acho que preparada sim, mas ainda precisamos de mais prática para a realização efetiva.” (Questão 6). “Às vezes depende de como é conduzido o processo.” (Questão 7).

Na mesma linha, a entrevistada XI respondeu afirmativamente as questões 5 e 6 e assinalou às vezes na 7, sem expressar sua opinião. Em relação às respostas dos questionários das entrevistadas I, II, XV, apresentam opiniões divergentes sem justificativas plausíveis.

No aspecto da promoção da autonomia, fundamentamos nossa pesquisa em Joan Rué que afirma “(...) o ensino por competências sinaliza uma tentativa de reequilibrar duas grandes funções da escola: formar pessoas para que possam desenvolver sua própria liberdade; ir além da capacitação dos programas escolares, baseados em disciplinas acadêmicas, proporcionando uma funcionalidade social e produtiva.” (2010)

Entendemos que para formar sujeitos autônomos, é necessário conhecer e estudar o que fundamenta a práxis, pois somente quem sabe desenha caminhos e transforma a realidade e edifica o ser, considerando o fazer e o conviver. Diante disto, utilizamos a pergunta 8 do questionário dos professores 5º ano, como referência do indicador de autonomia, pois, dos 15 questionários analisados, 11 concordaram ser necessário aprofundar o estudo por competências, desta forma salientamos os questionários XIV e XIII respectivamente: “Para que possamos nos aprofundar sobre essa teoria e julgarmos adequada ou não”. “Para que possamos melhorar a qualidade da educação no nosso município”. Também constatamos que as entrevistadas IV e IX, não responderam a questão em foco, bem como, as V e VII, não julgaram necessário aprofundar o estudo sobre educação por competências.

Sentimos um vácuo em relação ao tema autonomia e também de justificativas consistentes em todas as questões, o que demonstra claramente uma apatia por parte dos entrevistados, como se esperassem que alguém tivesse iniciativa em seus lugares. Não se pode construir um sujeito autônomo se o próprio professor não se percebe como tal e não está inserido de forma integral no processo educacional ao qual pertence.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso realizado com os professores formadores e docentes do 5º que participam da formação continuada do sistema municipal retratou a ignorância dos entrevistados com relação ao tema tratado; nenhum de nossos entrevistados demonstrou um bom nível de conhecimento sobre os PCNs, documento que sabemos, está à disposição em todas as Unidades de Ensino. As respostas mostram que o ensino por competências não faz parte da pauta da formação oferecida e embora as professoras frequentem as formações, ainda não existe uma conexão com a realidade escolar neste processo.

O panorama apresentado na análise das entrevistas, mostra de maneira perceptível as contradições existentes entre teoria e prática. Fica evidente que a maioria dos professores entrevistados não consegue fundamentar suas respostas pela falta de conhecimento sobre o assunto, sendo por várias vezes incoerentes no comparativo entre perguntas e respostas. É certo que o ensino por competências está longe de resolver o problema da práxis desses professores, simplesmente pela ausência de entendimento sobre o assunto. Ressaltamos ainda, que foi impossível fazer mais considerações sobre os relatos em virtude da completa falta de densidade das respostas.

Existe uma lacuna na definição das linhas filosóficas e metodológicas que norteiam a ação pedagógica do sistema municipal, como também certa precariedade na formação básica e acadêmica dos professores que atuam nas Unidades Escolares. Diante da análise do instrumento de pesquisa (questionários) podemos constatar que as justificativas foram de modo geral evasivas e poucas assumiram seu desconhecimento a respeito das competências. Percebemos na maioria dos questionários, que algumas professoras ainda têm aquela antiga prática, de camuflar suas próprias limitações, respondendo apenas para agradar ou com receio de assumir que precisam saber mais

Percebe-se que há uma carência de se retomar de forma clara, o estudo dos PCNs como documento que norteia a ação pedagógica do ensino por competências, pois pudemos constatar que as justificativas, de modo geral, evidenciam que não há um trabalho consistente nesta modalidade de ensino no sistema municipal.

Cabe à equipe de formação do Sistema Municipal de Ensino, oportunizar o conhecimento e o entendimento sobre o ensino por competências constantes dos PCNs, às centenas de educadores participantes das formações. Para tanto, é necessário talvez, que as formações sejam repensadas e transformadas em momentos de rever conceitos e buscar uma metodologia capaz de levar a melhoria para a sala de aula, para os estudantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa: Edições 70, 2002.

DELORS, Jacques ET AL. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 1996.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22,n.37, p.7 - 32,1999.

MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO e CULTURA do BRASIL/ CNE. **Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores para educação básica, e nível superior**. Parecer 009/21 aprovado 09/05/2001, do Conselho Nacional de Educação. Brasília. PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: PERRENOUD, Philippe, In Pátio. **Revista pedagógica** (Porto Alegre, Brasil) n•11, Novembro 1999, PP 15-19. Este artigo foi publicado originalmente em Résonances, Mensuel de l'école valaisanne, n.3, Dossier Savoirs ET compétences, novembre 1998, PP.3-7.